

Centrais Elétricas
do Pará S.A. -
CELPA

**Informações trimestrais em 30 de
setembro de 2018**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações trimestrais	11



KPMG Auditores Independentes
Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506
Ed. Evolution - Bairro Umarizal
66055-200 - Belém/PA - Brasil
Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil
Telefone +55 (91) 3321-0150
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belém, 07 de novembro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000742/F

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/09/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	30/09/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	842.045	1.075.402	Fornecedores	13	674.086	697.858
Investimentos de curto prazo		-	525	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		22.765	14.886
Contas a receber de clientes	6	1.530.655	1.563.737	Empréstimos e financiamentos	14	27.569	193.478
Contas a receber - bandeiras tarifárias		542	5.192	Debêntures	15	101.980	7.346
Aquisição de combustível - conta CCC		75.704	77.895	Impostos e contribuições a recolher		385.209	364.046
Serviços pedidos	8	194.313	135.055	Impostos sobre lucro a recolher		721	1.120
Valores a receber de parcela A e outros itens financeir	7	147.524	43.277	Dividendos		132.618	127.216
Partes relacionadas	10	2.266	-	Encargos do consumidor		32.612	32.961
Depósitos judiciais	17	-	7.689	Contribuição de iluminação pública		15.335	14.003
Estoques		10.376	9.974	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		58.678	59.569
Impostos e contribuições a recuperar		77.356	73.971	Participação nos lucros		32.549	31.543
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		42.425	42.066	Partes relacionadas	10	2.636	60
Outros créditos a receber	9	117.665	112.798	Instrumentos financeiros derivativos	26.4	21.516	19.946
Total do ativo circulante		3.040.871	3.147.581	Valores a pagar da recuperação judicial	18	35.076	8.544
				Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatóri	17	28.142	28.070
				Outras contas a pagar	19	441.339	428.339
				Total do passivo circulante		2.012.831	2.028.985
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	531.444	454.447	Empréstimos e financiamentos	14	1.446.231	1.678.277
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		27.720	8.466	Debêntures	15	1.504.886	987.462
Aquisição de combustível - conta CCC		101.709	101.311	Impostos e contribuições a recolher		35.737	36.489
Depósitos judiciais	17	92.032	86.954	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	25.222	-
Serviços pedidos	8	10.115	-	Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatóri	17	95.649	91.557
Instrumentos financeiros derivativos	26.4	180.355	48.720	Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	7	19.732	14.269
Impostos e contribuições a recuperar		67.165	68.107	Partes relacionadas	10	8.963	8.601
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		46.830	45.561	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		129.278	123.340
Imposto de renda e contribuições social diferidos	16	-	8.401	Valores a pagar da recuperação judicial	18	812.987	965.523
Outros créditos a receber	9	82.667	72.344	Plano de aposentadoria e pensão		43.216	43.216
Ativo financeiro da concessão	11	1.981.491	1.776.977	Outras contas a pagar	19	34.373	35.766
Investimentos		14.271	15.128	Total do passivo não circulante		4.156.274	3.984.500
Intangível	12	2.753.113	2.762.202	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		5.888.912	5.448.618	Capital social	20.1	1.521.740	1.521.740
				Reserva de reavaliação	20.2	116.257	130.160
				Reservas de lucros		930.976	936.422
				Outros resultados abrangentes		(5.608)	(5.608)
				Lucros acumulados		197.313	-
				Total do patrimônio líquido		2.760.678	2.582.714
Total do ativo		8.929.783	8.596.199	Total do passivo e patrimônio líquido		8.929.783	8.596.199

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstrações do resultado

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2017 a 30/09/2017
Receita operacional líquida	22	4.008.859	1.483.807	3.670.021	1.407.520
Custos de energia elétrica, construção e operação	23	<u>(3.131.008)</u>	<u>(1.118.660)</u>	<u>(2.684.111)</u>	<u>(982.240)</u>
Energia elétrica comprada para revenda	24	(2.199.227)	(797.574)	(1.768.916)	(676.440)
Custo de construção	23	(561.755)	(191.529)	(601.478)	(188.962)
Custo da operação	23	<u>(370.026)</u>	<u>(129.557)</u>	<u>(313.717)</u>	<u>(116.838)</u>
Lucro bruto		<u>877.851</u>	<u>365.147</u>	<u>985.910</u>	<u>425.280</u>
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	23	(264.209)	(72.951)	(301.571)	(78.094)
Despesa gerais e administrativas	23	(164.568)	(55.214)	(189.895)	(76.887)
Outras despesas operacionais, líquidas		<u>(27.096)</u>	<u>(10.472)</u>	<u>(50.414)</u>	<u>(21.126)</u>
Total de despesas operacionais		<u>(455.873)</u>	<u>(138.637)</u>	<u>(541.880)</u>	<u>(176.107)</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social		<u>421.978</u>	<u>226.510</u>	<u>444.030</u>	<u>249.173</u>
Receitas financeiras		594.655	256.587	192.978	62.999
Despesas financeiras		<u>(789.128)</u>	<u>(319.691)</u>	<u>(347.872)</u>	<u>(100.564)</u>
Resultado financeiro, líquido	25	<u>(194.473)</u>	<u>(63.104)</u>	<u>(154.894)</u>	<u>(37.565)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>227.505</u>	<u>163.406</u>	<u>289.136</u>	<u>211.608</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16.3	(10.472)	(6.400)	(15.710)	(13.970)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	16.3	<u>(33.623)</u>	<u>(23.224)</u>	<u>(25.803)</u>	<u>(6.812)</u>
Impostos sobre o lucro		<u>(44.095)</u>	<u>(29.624)</u>	<u>(41.513)</u>	<u>(20.782)</u>
Lucro líquido do período		<u>183.410</u>	<u>133.782</u>	<u>247.623</u>	<u>190.826</u>
Lucro básico por lote de mil ações - R\$		0,08319	0,06068	0,11232	0,08656
Lucro diluído por lote de mil ações - R\$		<u>0,08319</u>	<u>0,06068</u>	<u>0,11232</u>	<u>0,08656</u>
Quantidade de ações no final do período (em milhares de ações)	20.1	<u>2.204.621</u>	<u>2.204.621</u>	<u>2.204.621</u>	<u>2.204.621</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2017 a 30/09/2017
Lucro líquido do período	183.410	133.782	247.623	190.826
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	-	-	-	-
Total resultados abrangentes	<u>183.410</u>	<u>133.782</u>	<u>247.623</u>	<u>190.826</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros							Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de reavaliação	Outros resultados abrangentes	Legal	Benefícios fiscais	Investimento	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.521.740	149.385	(3.434)	23.972	110.522	296.281	19.546	-	2.118.012
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	247.623	247.623
Realização da reserva de reavaliação NE 20.2	-	(13.785)	-	-	-	-	-	13.785	-
Dividendos adicionais propostos a pagar	-	-	-	-	-	-	(19.546)	-	(19.546)
Saldos em 30 de setembro de 2017	<u>1.521.740</u>	<u>135.600</u>	<u>(3.434)</u>	<u>23.972</u>	<u>110.522</u>	<u>296.281</u>	<u>-</u>	<u>261.408</u>	<u>2.346.089</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.521.740	130.160	(5.608)	54.649	184.939	691.388	5.446	-	2.582.714
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	183.410	183.410
Realização da reserva de reavaliação NE 20.2	-	(13.903)	-	-	-	-	-	13.903	-
Dividendos adicionais propostos a pagar	-	-	-	-	-	-	(5.446)	-	(5.446)
Saldos em 30 de setembro de 2018	<u>1.521.740</u>	<u>116.257</u>	<u>(5.608)</u>	<u>54.649</u>	<u>184.939</u>	<u>691.388</u>	<u>-</u>	<u>197.313</u>	<u>2.760.678</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	30/09/2018	30/09/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	183.410	247.623
Ajustes para:		
Amortização	187.431	158.747
Baixa de intangível e ativo financeiro	41.371	262
Atualização do ativo financeiro	(49.800)	(26.904)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	399.559	190.055
Perdas (Ganhos) com instrumentos derivativos	(113.648)	54.719
Ajuste a valor presente	27.994	31.753
Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	22.394	24.081
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável do contas a receber	129.893	177.593
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	(98.784)	(146.704)
Rendimentos de aplicações financeiras	-	(53.174)
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.472	15.710
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.623	25.803
Outros	36.986	41.786
	<u>810.901</u>	<u>741.350</u>
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(173.808)	(256.016)
Contas a receber - bandeiras tarifárias	4.650	(109)
Aquisição de combustível - conta CCC	1.793	28.780
Serviços pedidos	(69.373)	(25.563)
Depósitos judiciais	2.611	(4.970)
Estoques	(402)	(2.199)
Impostos e contribuições a recuperar	(2.443)	7.037
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(1.628)	19.973
Sub-rogação da CCC	(19.254)	41.475
Outros créditos a receber	(15.190)	(96.906)
Fornecedores	(23.690)	33.689
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	7.879	4.563
Impostos e contribuições a recolher	20.411	54.913
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(4.666)	4.476
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.205)	(12.244)
Encargos do consumidor	(349)	11.933
Contribuição de iluminação pública	1.332	(13.369)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(31.939)	(24.268)
Participação nos lucros	1.006	(5.019)
Partes relacionadas	545	(51.129)
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	(18.230)	(33.098)
Outras contas a pagar	11.607	9.425
Juros pagos	(113.987)	(91.243)
	<u>(429.330)</u>	<u>(399.869)</u>
Caixa utilizado nas atividades operacionais		
	<u>381.571</u>	<u>341.481</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo intangível	(373.379)	(566.974)
Resgates /aplicações financeiras	525	367.626
Investimento	(191)	-
	<u>(373.045)</u>	<u>(199.348)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de instrumentos financeiros derivativos	-	(140.314)
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	1.403.210	645.944
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(1.434.301)	(536.059)
Valores pagos da recuperação judicial	(210.748)	(101.430)
Dividendos pagos	(44)	-
	<u>(241.883)</u>	<u>(131.859)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(233.357)</u>	<u>10.274</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.075.402	182.874
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>842.045</u>	<u>193.148</u>
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(233.357)</u>	<u>10.274</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	30/09/2018	30/09/2017
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e construção	5.707.587	5.227.214
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(129.893)	(177.593)
Provisão para processos cíveis fiscais e trabalhistas	(16.222)	(14.747)
Outras (despesas) receitas operacionais	(8.235)	(33.671)
Outras (despesas) receitas não recorrentes	(18.861)	(16.743)
	<u>5.534.376</u>	<u>4.984.460</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos, serviços vendidos e construção	(2.760.982)	(2.370.394)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(281.531)	(279.585)
Subvenção – CCC	(86.841)	(68.975)
	<u>(3.129.354)</u>	<u>(2.718.954)</u>
Valor adicionado bruto	<u>2.405.022</u>	<u>2.265.506</u>
Amortização	(187.431)	(158.747)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>2.217.591</u>	<u>2.106.759</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	594.655	192.978
Outras	-	(138.237)
	<u>594.655</u>	<u>54.741</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>2.812.246</u>	<u>2.161.500</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	84.436	78.582
Benefícios	27.077	24.998
FGTS	9.977	8.820
Outros	(16.329)	(17.818)
	<u>105.161</u>	<u>94.582</u>
Tributos		
Federais	788.194	715.993
Estaduais	935.623	882.109
Municipais	722	604
	<u>1.724.539</u>	<u>1.598.706</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	690.528	189.637
Aluguéis	10.008	10.954
Encargos com partes relacionadas	3.838	5.494
Outros	94.762	14.504
	<u>799.136</u>	<u>220.589</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido no período	183.410	247.623
	<u>183.410</u>	<u>247.623</u>
Valor adicionado	<u>2.812.246</u>	<u>2.161.500</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA (“Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Belém, no Estado do Pará, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição, geração de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Pará, com 1.247.955 km², atendendo, em 30 de setembro de 2018, 2.626.245 consumidores em 144 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da B3.

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, celebrado entre a ANEEL, a CELPA e o acionista controlador, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, podendo ser renovado por igual período.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

2.1 Contrato de comercialização de energia elétrica e potência nos sistemas isolados

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia celebrou o Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados - CCESI nº 01/2016 referente a 23 usinas Termelétricas - UTE, para geração de energia elétrica nos sistemas isolados. Após a licitação, modalidade de leilão (Leilão 02-2016 ANEEL), realizada pela ANEEL em abril de 2016, todas as usinas passaram a ser operadas pelo vencedor da licitação Consórcio Energia do Pará (CEPA) que a partir de fevereiro/2017 tem a responsabilidade pela geração em todos os municípios que ainda não foram conectados ao Sistema Nacional Interligado (SIN), perdendo assim a validade do contrato 181/1998. Os prazos deste contrato, em sua maioria, são de 5 anos prorrogáveis por mais 12 meses.

O processo acima tornou o consórcio Energia do Pará (CEPA) o novo PIE (Produtor Independente de Energia), cabendo a CELPA a distribuição de energia elétrica nos municípios supra mencionados e manterá o mecanismo de reembolso de despesas inerentes ao processo do sistema isolado de energia elétrica, conforme REN 801/2017.

A única usina que estava sob outorga da CELPA, a usina de Monte Dourado, onde havia capacidade total instalada de 6,88 MW foi conectada ao SIN em 28 de setembro de 2018.

3 Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

3.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 07 de novembro de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações trimestrais.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6.1 - Receita não faturada:** Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida porém não faturada;

- **Nota explicativa 6.2 - Contas a receber:** Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
- **Nota explicativa 11 - Ativo financeiro da concessão:** Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- **Nota explicativa 12 - Intangível:** Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;
- **Nota explicativa 16 - Imposto de renda e contribuições sociais diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de informações trimestrais e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro;
- **Nota explicativa 17 - Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios:** Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos; e
- **Nota explicativa 26.3 - Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

(i) **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no período da revisão das informações trimestrais, ou no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 26.3.

3.4 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras de curto prazo (fundo de investimento) mensurados pelo valor justo;
- Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado.

4 Principais políticas contábeis

As informações trimestrais são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, descritas na nota nº 4, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto, as novas práticas contábeis adotadas conforme demonstrado na nota 4.1. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitidas em 08 de março de 2018, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 30 de setembro de 2018.

4.1 Principais mudanças nas políticas contábeis

4.1.1 *Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers)*

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado.

O princípio básico da norma consiste em que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A norma determina que a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável. As Distribuidoras são avaliadas pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Uma vez descumpridos esses indicadores, a Companhia é obrigada a ressarcir os clientes, através de desconto na fatura mensal de consumo de energia. Até 31 de dezembro de 2017, essas penalidades eram contabilizadas como despesa operacional.

A norma determina que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a Companhia deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação, quando devido. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deixaram de ter as respectivas receitas reconhecidas. Com base na avaliação da Companhia, não há contratos sujeitos a tal situação, logo, não há impactos oriundos da adoção da norma.

Os impactos da adoção do IFRS 15 na Demonstrações do resultado do período de 30 de setembro de 2018, estão abaixo apresentados:

		Saldos sem adoção do CPC 47/ IFRS 15	Ajustes CPC 47/IFRS 15	Saldo reportado
Receita líquida	(a)	4.027.143	(18.284)	4.008.859
Custo da energia elétrica, construção e operação		(3.131.008)	-	(3.131.008)
Despesas com vendas		(264.209)	-	(264.209)
Despesas gerais e administrativas		(164.568)	-	(164.568)
Outras despesas operacionais, líquidas	(a)	(45.380)	18.284	(27.096)
Resultado financeiro líquido		(194.473)	-	(194.473)
Impostos sobre o lucro		(44.095)	-	(44.095)
Lucro líquido do período		183.410	-	183.410

- (a) Penalidades DIC/FIC e outras anteriormente reconhecidas como “outras despesas operacionais”, sendo reclassificadas para deduções da receita, conforme norma.

4.1.2 Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments)

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas.

Classificação - Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros		30/09/2018		31/12/2017	
	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	127.959	127.959	108.216	108.216
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	VJR	VJR	714.086	714.086	967.186	967.186
Investimentos de curto prazo	VJR	VJR	-	-	525	525
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	2.062.099	2.062.099	2.018.184	2.018.184
Instrumentos financeiros derivativos	VJR	VJR	180.355	180.355	48.720	48.720
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	VJR	VJR	27.720	27.720	8.466	8.466
Ativo financeiro de concessão	Empréstimos e recebíveis	VJR	1.981.491	1.981.491	1.776.977	1.776.977
Total do ativo			5.093.710	5.093.710	4.928.274	4.928.274

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros		30/09/2018		31/12/2017	
	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Custo amortizado	Custo amortizado	674.086	674.086	697.858	697.858
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	1.473.800	1.449.617	1.871.755	1.883.539
Instrumentos financeiros derivativos	VJR	VJR	21.516	21.516	19.946	19.946
Valores a pagar da recuperação judicial	Custo amortizado	Custo amortizado	848.063	848.063	974.067	986.203
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	1.606.866	1.655.157	994.808	1.034.930
Total do passivo			4.624.331	4.648.439	4.558.434	4.622.476

Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

O potencial das perdas estimadas foi analisado com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas. Após as análises, concluiu-se que os critérios atualmente utilizados pela Companhia, são suficientes e estão em linha com as avaliações requeridas pela norma, logo, não há impactos oriundos da adoção da norma.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	47.475	50.930
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	794.570	1.024.472
Total	842.045	1.075.402
(i) Aplicações financeiras de curto prazo	30/09/2018	31/12/2017
CDB	80.484	57.285
Fundos de investimentos	714.086	967.186
Debêntures compromissadas	-	1
Total	794.570	1.024.472

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se, a renda fixa, lastreados a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito. Os Fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras com classificação de risco acima de AA- e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Tais aplicações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 101,23% (92,19% em 31 de dezembro de 2017) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

A Companhia adota a estratégia de aplicar seus recursos financeiros em fundos de investimento e ativos que possuem o objetivo de acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários e classificados como caixa e equivalentes de caixa. A Companhia utiliza os fundos de investimentos na sua gestão diária de caixa.

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	30/09/2018	31/12/2017
Contas a receber de consumidores faturados (a)	945.641	1.036.411
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	194.337	166.022
Parcelamentos (c)	1.189.754	1.020.603
Baixa renda e viva luz	30.738	39.092
Outras	84.007	74.220
Total	2.444.477	2.336.348
(-) Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(382.378)	(318.164)
Total contas a receber clientes	2.062.099	2.018.184
Circulante	1.530.655	1.563.737
Não circulante	531.444	454.447

- (a) A variação é decorrente da reestruturação das ações de cobrança da Companhia que está possibilitando o aumento da arrecadação dos novos faturamentos, assim como a recuperação positiva de débitos pretéritos, para os quais, alguns já estavam baixados para perdas, que acabam sendo em sua grande maioria parcelados a medida que os clientes não possuem poder aquisitivo para honrar as suas dívidas. .

- (b) Consiste na estimativa de energia fornecida entre a data de leitura e o encerramento do mês, conforme prática estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico de 2015; e
- (c) Parcelamentos sobre faturas de energia elétrica, que podem ser efetuados com prazo de até 48 vezes. Os parcelamentos possuem juros de 1% a.m. O aumento da recuperação dos débitos pretéritos assim como o aumento da negociação do consumo não registrado geram um aumento temporário no contas a receber parcelado.

6.2 Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber

	31/12/2017	Provisões adições	Reversões (baixas)	30/09/2018
Contas a receber de consumidores faturados (a)	162.873	517.332	(529.951)	150.254
Parcelamentos	148.974	94.434	(19.484)	223.924
Outras	6.317	18.402	(16.519)	8.200
Total	318.164	630.168	(565.954)	382.378

- (a) A Companhia reavaliou os títulos de consumidores por vencimento, para o período findo em 30 de setembro de 2018, e verificou que um total de R\$ 65.678 (R\$ 161.388 em 31 de dezembro de 2017) encontrava-se vencido há mais de 360 dias. Assim, a Companhia realizou a baixa dos mesmos, levando em consideração os prazos legalmente estabelecidos. A referida baixa não impactou o resultado do período, visto que os títulos baixados estavam provisionados anteriormente.

A constituição da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica- (critérios mencionados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017).

a. Contas a receber de consumidores faturados

	30/09/2018			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	158.901	198.302	79.421	436.624
Industrial	62.762	14.769	33.046	110.577
Comercial	114.285	43.747	32.415	190.447
Rural	10.522	15.753	23.006	49.281
Poder público	44.298	27.396	15.755	87.449
Iluminação pública	11.511	6.833	10.554	28.898
Serviço público	12.947	21.252	8.166	42.365
Total fornecimento faturado	415.226	328.052	202.363	945.641

31/12/2017

	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	200.226	222.375	91.392	513.993
Industrial	61.292	18.666	38.107	118.065
Comercial	119.131	51.191	35.117	205.439
Rural	12.014	16.760	22.267	51.041
Poder público	44.751	40.535	13.226	98.512
Iluminação pública	11.185	7.746	10.056	28.987
Serviço público	4.645	7.318	8.411	20.374
Total fornecimento faturado	453.244	364.591	218.576	1.036.411

b. Parcelamentos

30/09/2018

	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	647.698	55.408	161.634	864.740
Industrial	29.197	2.470	15.415	47.082
Comercial	82.946	9.896	30.104	122.946
Rural	29.776	3.397	9.749	42.922
Poder público	62.188	3.526	4.525	70.239
Iluminação pública	14.665	581	1.760	17.006
Serviço público	21.979	1.407	1.433	24.819
Total do parcelamento	888.449	76.685	224.620	1.189.754

31/12/2017

	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	567.095	48.612	107.004	722.711
Industrial	30.637	4.291	11.473	46.401
Comercial	84.450	8.584	20.429	113.463
Rural	24.577	2.567	6.244	33.388
Poder público	61.013	2.802	4.727	68.542
Iluminação pública	17.035	1.384	363	18.782
Serviço público	15.304	1.173	839	17.316
Total do parcelamento	800.111	69.413	151.079	1.020.603

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

A conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, com a finalidade de permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2017	Constituição	baixa(g)	Atualização	Amortização	30/09/2018
Parcela A						
CDE - conta de desenvolvimento energético (a)	(27.033)	19.230	1.551	(589)	10.922	4.081
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	579	1.264	(122)	58	(695)	1.084
Rede básica	37.313	10.025	2.444	1.696	(13.464)	38.014
Compra de energia - CVA (b)	269.761	410.247	6.613	18.104	(74.603)	630.122
ESS - encargos do serviço do sistema (c)	(234.757)	(73.786)	18.658	(9.090)	95.934	(203.041)
	<u>45.863</u>	<u>366.980</u>	<u>29.144</u>	<u>10.179</u>	<u>18.094</u>	<u>470.260</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (d)	80.973	(135.210)	(6.264)	(1.036)	(21.197)	(82.734)
Neutralidade	5.582	19.963	(385)	(33)	(16.355)	8.772
CEMAT violação do limite de continuidade	182	-	-	-	(182)	-
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(127.015)	(33.332)	-	(6.801)	-	(167.148)
Ativo regulatório ANGRA III (e)	23.663	-	(4.598)	580	(19.645)	-
Outros (f)	(240)	(30.252)	12.194	456	(83.516)	(101.358)
	<u>(16.855)</u>	<u>(178.831)</u>	<u>947</u>	<u>(6.834)</u>	<u>(140.895)</u>	<u>(342.468)</u>
Total	<u>29.008</u>	<u>188.149</u>	<u>30.091</u>	<u>3.345</u>	<u>(122.801)</u>	<u>127.792</u>
Circulante	43.277					147.524
Não circulante	(14.269)					(19.732)

- (a) Variação positiva em virtude da elevação dos valores homologados pela ANEEL a título de revisão orçamentária para pagamento em 2018 em que superaram os valores de cobertura no período;
- (b) No período findo em 30 de setembro de 2018 houve o aumento dos custos com o efeito disponibilidade e exposição financeira, resultantes dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, afetado diretamente pelo acionamento de térmicas cujo preço de geração é superior ao PLD. Para exposição financeira, o aumento teve como fato as diferenças de PLD entre os submercados. Acrescenta-se a variação do período o efeito gerado pelas recontabilizações do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit de Energia Nova - MCSD;
- (c) O Encargo de Serviço do Sistema está relacionado ao pagamento de Usinas Térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD. A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS para garantir a segurança energética do sistema. Na revisão tarifária periódica da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi maior que os custos efetivamente pagos, acrescido do recebimento de Receitas via Conta de Energia de Reserva, a CONER, o que no procedimento de modicidade tarifária resulta na recomposição via passivo regulatório. Com isso, no período findo em 30 de setembro de 2018, a conta de ESS realizou-se abaixo da cobertura tarifária, o que resultou em uma constituição passiva de R\$ 73.786;
- (d) A apuração da Sobrecontratação é resultante da diferença entre o PLD e o preço médio de compra da distribuidora, associado ao montante negociado no mercado de curto prazo. Para o período findo de 30 de setembro de 2018, devido a situação de contratos e mercado, o cenário apresenta uma venda de energia no mercado spot, sendo que o PLD está em média de R\$ 230,54, ou seja, um valor maior que o preço médio de compra de energia (PMIX) e a operação de venda que resulta na constituição de um passivo regulatório. Porém, a variação do período teve como fator principal o efeito da recontabilização de operações no mercado de curto prazo dos períodos de agosto a outubro de 2017 recalculados pela CCEE na liquidação de janeiro/18.
- (e) No período findo em 30 de setembro de 2018, o ativo regulatório de Angra III constituído em 2017, foi integralmente amortizado.
- (f) Amortização do financeiro Risco Hidrológico, e contabilização do Ressarcimento de P&D, oriundo da devolução pela União, do excedente de arrecadação do adicional de 0,3% sobre a Receita Operacional Líquida - ROL, instituído pela Lei nº 12.111/2009, que foi repassado às tarifas de energia elétrica, e recolhido ao Tesouro Nacional, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012, visando ressarcir Estados e municípios pela eventual perda de recolhimento do ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.
- (g) Com relação ao montante de reconhecimento das baixas dos ativos e passivos regulatórios no referido trimestre, tais valores referem-se as diferenças entre os custos homologados pela ANEEL no processo de RTA - Reajuste Tarifário quanto aos valores de Parcela A e demais componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os respectivos valores são realizados ao término do período tarifário, ou seja, na data do reajuste tarifário, ocorrendo a amortização dos saldos remanescentes, bem como a extinção dos saldos apurados e não recuperados

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.433, de 07 de agosto de 2018, a ANEEL realizou o reajuste tarifário anual da Companhia, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 7 de agosto de 2018 com vigência até 6 de agosto de 2019.

Neste processo as CVA contabilizadas pela Companhia são validadas devendo ser feito a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia. As tarifas de aplicação ficaram, em média, reajustadas em 11,75%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia.

8 Serviços pedidos

Referem-se aos custos apurados através de serviços executados para terceiros ou para a própria outorgada registrados através de Ordens de Serviço - ODS, custos referentes à retirada (baixa) de bem integrante do ativo imobilizado registrados através de Ordens de Desativação - ODD e custos de alienações de bens mediante a emissão de Ordens de Alienação - ODA, sendo os critérios para apuração desses custos estabelecidos e determinados pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSE.

	30/09/2018	31/12/2017
Circulante		
Desativações e alienações em curso (a)	82.932	23.266
Serviço próprio (b)	24.365	16.054
Serviço próprio P&D e PEE (c)	43.714	57.920
Serviços prestados a terceiros (d)	43.302	37.173
Outros	-	642
	<u>194.313</u>	<u>135.055</u>
Total		
Não circulante		
Serviço próprio P&D e PEE (c)	10.115	-
	<u>10.115</u>	<u>-</u>
Total		

- (a) O aumento ocorrido no período findo de 30 de setembro de 2018 se comparando a 31 de dezembro de 2017 corresponde principalmente aos custos decorrentes da retirada (baixa) de bens integrantes do ativo imobilizado registrados através de ODD, entre as quais destacamos: baixa de medidores; geradores, transformadores e religadores de distribuição;
- (b) Referem-se principalmente ao aumento na emissão de ordens de serviços para apuração de custos com a execução dos serviços de relocação de instalações elétricas;
- (c) Variação decorrente do encerramento de projetos de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento baixados no período; e
- (d) A variação apresentada decorre, principalmente, do aumento da instalação e retirada de rede e ramal de serviço de caráter temporário para o estabelecimento de fornecimento provisório.

9 Outros créditos a receber

	30/09/2018	31/12/2017
Circulante		
Valores a recuperar de empregados	2.709	1.642
Adiantamento a fornecedores -PROINFA	5.877	5.948
Alienação de bens e direitos	1.167	1.516
Crédito ressarcimento de energia	6.562	3.564
Créditos em conta de energia elétrica	273	507
Despesas pagas antecipadamente	345	3
Arrecadação de convênios	212	119
Neutralidade PIS/COFINS (a)	22.951	-
Subvenção descontos tarifários	49.805	69.303
Outros créditos a receber (b)	27.764	30.196
Total	117.665	112.798
Não circulante		
Valores a liberar (c)	16.287	16.287
Caução em garantia (d)	62.012	51.690
Outros créditos a receber	4.368	4.367
Total	82.667	72.344

- (a) Diferenças apuradas entre o PIS/COFINS resultantes da aplicação das alíquotas médias equivalentes sobre a receita do mês de referência e os valores efetivamente arrecadados no mês de vigência da alíquota média equivalente.
- (b) No período findo em 30 de setembro de 2018 o montante é composto pelas seguintes operações: i) R\$ 7.911 de uso mútuo de poste, que é o compartilhamento da infraestrutura da disponibilidade de energia elétrica, contabilizados; ii) R\$ 6.576 refere-se a incorporação de rede, participação financeira de obras conforme Resolução 223/229/414 - ANEEL; e iii) R\$ 13.277 outros valores diversos a receber;
- (c) Refere-se ao saldo de valores a liberar com o Banco Daycoval no montante de R\$ 16.287, bloqueado em decorrência, dos contratos de financiamento repactuados através do Plano de Recuperação Judicial; e
- (d) Em cumprimento às exigências contratuais do contrato de Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP), junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bônus de Desconto e Bônus ao Par, são mantidas garantias constituídas em forma de caução em dinheiro junto à STN e que se destinam a amortizar os valores de principal desses empréstimos, cujo vencimento se dá em 15 de abril de 2024.

10 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (Presidente e Diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Não houve alterações significativas no período em relação às divulgações realizadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração, o Presidente e os Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 14.500, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizadas em 25 de abril de 2018.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período de 30 de setembro de 2018 paga pela Companhia no período:

	Conselho de Administração	%	Diretoria Estatutária	%	Total
Números de membros	6		8		14
Remuneração fixa anual	189	100%	3.021	45%	3.210
Salário ou Pró-labore	189		2.471	37%	2.660
Benefícios diretos e indiretos	-		550	8%	550
Remuneração variável	-	-	3.529	52%	3.529
Bônus	-		3.529	52%	3.529
Benefícios pós emprego	-	-	177	3%	177
Valor total da remuneração por órgão	189	100%	6.727	100%	6.916

11 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2017	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	30/09/2018
Ativo financeiro	2.648.494	99.305	254.297	3.002.096
Obrigações especiais	(871.517)	(49.505)	(99.583)	(1.020.605)
Total	1.776.977	49.800	154.714	1.981.491

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário.

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

12 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

		30/09/2018			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,51%	5.566.892	(2.662.813)	(1.085.854)	1.818.225
Em curso		1.155.176	-	(220.288)	934.888
Total		6.722.068	(2.662.813)	(1.306.142)	2.753.113

31/12/2017					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,43%	5.418.368	(2.438.583)	(1.057.225)	1.922.560
Em curso		1.080.089	-	(240.447)	839.642
Total		6.498.457	(2.438.583)	(1.297.672)	2.762.202

Movimentação do ativo intangível

	31/12/2017	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência	30/09/2018
Em serviço	5.418.368	-	(87.166)	235.690	5.566.892
(-) Amortização	(2.438.583)	(268.213)	43.983	-	(2.662.813)
Total em serviço	2.979.785	(268.213)	(43.183)	235.690	2.904.079
Em curso	1.080.089	565.074	-	(489.987)	1.155.176
Total em curso	1.080.089	565.074	-	(489.987)	1.155.176
Obrigações especiais	(1.854.396)	(191.695)	1.812	99.583	(1.944.696)
(-) Amortização	556.724	81.830	-	-	638.554
Total em obrigações especiais	(1.297.672)	(109.865)	1.812	99.583	(1.306.142)
Total	2.762.202	186.996	(41.371)	(154.714)	2.753.113

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído conforme a seguir demonstrado:

	30/09/2018	31/12/2017
Obras em andamento	1.010.465	919.953
Materiais em depósitos	108.313	110.197
Adiantamento a fornecedores	36.398	49.939
Total	1.155.176	1.080.089

13 Fornecedores

	30/09/2018	31/12/2017
Suprimento de energia elétrica (a)	455.886	429.129
Encargos de uso da rede elétrica	12.266	12.783
Materiais e serviços	205.934	255.946
Total	674.086	697.858

- (a) No período findo em 30 de setembro de 2018 os custos com compra de energia tiveram um preço médio maior em relação ao mesmo período de 2017 devido ao preço médio de pagamento dos contratos de energia leilão terem sofrido atualização devido o RTA, assim como com o preço da energia oriunda das térmicas está mais caro devido o acionamento das térmicas, o que faz com que haja um desembolso maior.

14 Empréstimos e financiamentos

Composição do saldo

		<u>30/09/2018</u>		
		<u>Principal e encargos</u>		
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	5,16%	1.725	73.479	75.204
CCBI Citibank	2,78%	7.044	1.113.940	1.120.984
Total moeda estrangeira		<u>8.769</u>	<u>1.187.419</u>	<u>1.196.188</u>
Moeda nacional				
Eletrobras	6,90%	8.943	29.044	37.987
IBM	7,12%	2.284	69	2.353
Caixa	6,00%	3.900	29.700	33.600
Santander	7,70%	3.673	200.000	203.673
Subtotal		<u>18.800</u>	<u>258.813</u>	<u>277.613</u>
(-) Custo de captação		<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Total moeda nacional		<u>18.800</u>	<u>258.812</u>	<u>277.612</u>
Total		<u><u>27.569</u></u>	<u><u>1.446.231</u></u>	<u><u>1.473.800</u></u>

31/12/2017				
Principal e encargos				
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	4,76%	597	60.448	61.045
CCBI Citibank	3,13%	3.801	578.900	582.701
Total moeda estrangeira		4.398	639.348	643.746
Moeda nacional				
Eletrobras	6,90%	8.978	35.085	44.063
Guanabara	11,43%	1.694	-	1.694
IBM	11,36%	11.138	1.441	12.579
BNDES	9,60%	163.915	773.546	937.461
Caixa	6,00%	3.933	32.544	36.477
Santander	9,76%	122	200.000	200.122
Subtotal		189.780	1.042.616	1.232.396
(-) Custo de captação		(700)	(3.687)	(4.387)
Total moeda nacional		189.080	1.038.929	1.228.009
Total		193.478	1.678.277	1.871.755

Em 30 de setembro de 2018 os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio de 3,77% a.a., equivalente a 56,67% do CDI (7,35% a.a., equivalente a 74,03% do CDI, em 31 de dezembro de 2017).

Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro 2017, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

	30/09/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%
Vencimento				
Circulante	27.569	2%	193.478	10%
2019	3.031	0%	188.114	10%
2020	515.278	35%	534.544	29%
2021	492.490	33%	592.865	32%
2022	73.032	5%	132.076	7%
Após 2022	362.401	25%	234.365	12%
Subtotal	1.446.232	98%	1.681.964	90%
Custo de captação (Não circulante)	(1)	0%	(3.687)	0%
Não circulante	1.446.231	98%	1.678.277	90%
Total	1.473.800	100%	1.871.755	100%

Movimentação da dívida

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	189.080	1.038.929	4.398	639.348	1.871.755
Ingressos	-	13.211	-	390.000	403.211
Encargos	44.843	-	27.381	-	72.224
Variação monetária e cambial	26.839	(798)	-	158.071	184.112
Transferências	792.529	(792.529)	-	-	-
Amortizações de principal	(990.801)	-	-	-	(990.801)
Pagamentos de juros	(48.077)	-	(23.010)	-	(71.087)
Custo de captação	4.387	(1)	-	-	4.386
Saldos em 30 de setembro de 2018	18.800	258.812	8.769	1.187.419	1.473.800

Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras (real e fidejussória) e *covenants* e cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

15 Debêntures

Movimentação da dívida

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	7.346	987.462	994.808
Ingressos	-	1.000.000	1.000.000
Encargos	71.531	-	71.531
Transferência	493.500	(493.500)	-
Amortização do principal	(443.500)	-	(443.500)
Pagamento de juros	(26.483)	-	(26.483)
Variação monetária	3.839	12.103	15.942
Custo de captação	(4.253)	(1.179)	(5.432)
Saldos em 30 de setembro de 2018	101.980	1.504.886	1.606.866

Primeira emissão de debêntures

Em 25 de julho de 2016, a Companhia realizou a Primeira Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 5 de agosto de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., em série única, no montante total de R\$ 100.000, com vencimento em maio/2020 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Debêntures contratada com taxa equivalente à IPCA + 9,0% a.a., com amortização de 50% em 30 de maio de 2019 e 50% em 30 de maio de 2020. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 110.855 (R\$ 104.392 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva é de 13,94% a.a. (11,80% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

Segunda emissão de debêntures

Em 13 de outubro de 2016, a Companhia realizou a Segunda Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 1 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., dividida em duas séries, sendo a primeira série no montante total de R\$ 60.000 e a segunda série no montante total de R\$ 23.000, ambas com vencimento em janeiro/2024 destinando-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Custo de contratação da primeira série é IPCA + 8,04% a.a. e da segunda série é IPCA + 7% a.a., com amortização em três parcelas iguais a partir de 15 de janeiro de 2022. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 67.482 para a primeira série e R\$ 25.165 para a segunda série, com taxa efetiva de 12,93% e 11,85% a.a., respectivamente (R\$ 90.472 com taxa de 10,57% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

Terceira emissão de debêntures

Em 11 de novembro de 2016, a Companhia realizou a Terceira Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 26 de dezembro de 2016, sendo uma emissão de debêntures incentivada, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A. no montante de R\$ 300.000, dividido em duas séries de R\$ 199.069 e R\$ 100.931, com vencimento em dezembro/2021 e dezembro/2023 respectivamente, destinaram-se prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia. Contrato ao custo de IPCA + 6,70% a.a. para a 1ª série e, IPCA + 6,87% a.a. para 2ª série. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 222.081 para a primeira série e R\$ 112.741 para a segunda série, com taxa efetiva de 11,53% e 11,71% a.a., respectivamente (R\$ 309.247 com taxa de 9,56% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

Quarta emissão de debêntures

Em 5 de dezembro de 2016, a Companhia realizou a Quarta Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 28 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., em série única, no montante total de R\$ 500.000, com vencimento em dezembro/2019 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Em 18 de maio de 2018, a Companhia realizou a aquisição facultativa de R\$ 443.500 Debêntures (R\$ 457.351, incluindo a remuneração aplicável) transferindo esses debenturistas para a 2ª série da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 57.705, com taxa efetiva de 7,72% a.a. (R\$ 501.382 com taxa 11,51% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

Quinta emissão de debêntures

Em 25 de abril de 2018, a Companhia realizou a Quinta Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 18 de maio de 2018, sendo uma emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no montante de R\$ 1.000.000, dividido em duas séries de R\$ 543.033 e R\$ 456.967, sendo o público alvo da segunda série os titulares da 4ª emissão da Companhia. As duas séries têm vencimento em abril/2023, destinou-se à gestão ordinária dos negócios da Emissora, com o objetivo de cobrir necessidades de capital de giro. Contrato ao custo de CDI + 1,10% a.a. para a 1ª série e, CDI + 1,30% a.a. para 2ª série. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 557.998 para a primeira série e R\$ 469.767 para a segunda série, com taxa efetiva de 7,83% a.a. e 8,04% a.a., respectivamente.

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	<u>30/09/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Valor	%	Valor	%
Vencimento				
Circulante	101.980	6%	7.346	1%
2019	56.500	4%	552.247	56%
2020	53.839	3%	51.970	5%
2021	211.107	13%	204.727	21%
Após 2021	1.194.920	74%	188.818	19%
Não circulante	1.516.366	94%	997.762	100%
Custo de captação - Não circulante	(11.480)	(1%)	(10.300)	-1%
Total não circulante	1.504.886	94%	987.462	99%
Total	1.606.866	100%	994.808	100%

Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras (quirografárias), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos, conforme demonstrado a seguir:

Covenants debêntures	1ª debêntures	2ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <3,5	3,0	3,0
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >2	3,7	3,7
Covenants debêntures	3ª debêntures	4ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <3,5	2,6	2,6
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >=1,5	4,0	4,0
Covenants debêntures	5ª debêntures	
1º Dívida líquida/EBITDA: < 4	2,6	

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, e, imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre o lucro líquido sobre base negativa, considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

16.1 Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Composição dos tributos diferidos

	30/09/2018	31/12/2017
IRPJ prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa	169.535	169.535
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(134.874)	(94.081)
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação (a)	(59.883)	(67.054)
Total	(25.222)	8.401

- (a) Em 31 de dezembro de 2017 a CELPA apresentava impostos diferidos sobre Reserva de Reavaliação no montante de R\$ 67.054, e em 30 de setembro de 2018 no montante de R\$ 59.883, cuja redução justifica-se pela realização contínua da Reserva de Reavaliação conforme Lei 11.638/2007.

(ii) Composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias

	30/09/2018	31/12/2017
Provisão para contingências	42.089	40.679
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	130.009	108.176
Provisão para participação nos lucros	11.067	10.725
Depreciação acelerada	(106.785)	(94.571)
Provisão fundo de pensão	14.694	14.693
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(197.027)	(189.698)
SWAP	(54.005)	(9.783)
Outras despesas não dedutíveis	25.084	25.698
Total	(134.874)	(94.081)

16.2 Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2021, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2018	2019	2020	2021	Total
Impostos diferidos	17.026	74.372	77.307	830	169.535

A Companhia não realizou imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no período findo em 30 de setembro de 2018 (R\$ 8.754 em 31 de dezembro de 2017), pois tem optado pela realização dos benefícios fiscais da depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDAM até 2021.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2018.

16.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos de 30 de setembro de 2018 e de 2017, está demonstrada conforme a seguir:

	30/09/2018		30/09/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	227.505	227.505	289.136	289.136
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	56.876	20.475	72.284	26.022
Adições:				
Provisão para contingências	30.948	11.141	34.738	12.506
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	157.542	56.715	133.554	48.080
Ajuste a valor presente	7.061	2.542	7.938	2.858
Variação de SWAP	255.777	92.080	6.525	2.349
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	5.273	1.898	5.221	1.880
Provisão para fundo de pensão	10.804	3.889	9.603	3.457
Provisão para participação nos lucros	8.137	2.929	6.737	2.425
Custo de Captação, AVP e atualização do ativo financeiro	12.376	4.455	2.438	878
Outras provisões	13.344	4.805	13.556	4.884
	<u>501.262</u>	<u>180.454</u>	<u>220.310</u>	<u>79.317</u>
Exclusões:				
Provisão para contingências	(29.911)	(10.768)	(38.312)	(13.792)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(141.489)	(50.936)	(127.497)	(45.899)
Variação de SWAP	(288.293)	(103.785)	(27.925)	(10.053)
Provisão para fundo de pensão	(10.804)	(3.889)	(9.603)	(3.457)
Provisão para participação nos lucros	(7.886)	(2.839)	(7.992)	(2.877)
Custo de Captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(24.826)	(8.938)	(9.164)	(3.299)
Depreciação acelerada	(12.214)	-	(20.207)	-
Outras provisões	(12.832)	(4.756)	(9.771)	(3.519)
	<u>(528.255)</u>	<u>(185.911)</u>	<u>(250.471)</u>	<u>(82.896)</u>
IRPJ e CSLL	<u>29.883</u>	<u>15.018</u>	<u>42.123</u>	<u>22.443</u>
Compensação base negativa de CSLL	-	(4.546)	-	(6.733)
Incentivo PAT	(717)	-	(1.011)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(46)	-	(99)	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>29.120</u>	<u>10.472</u>	<u>41.013</u>	<u>15.710</u>
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	<u>12,80%</u>	<u>4,60%</u>	<u>14%</u>	<u>5%</u>
Ativo fiscal diferido	27.807	5.816	21.653	4.150
(-) IRPJ subvenção governamental	(29.120)	-	(41.013)	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>27.807</u>	<u>16.288</u>	<u>21.653</u>	<u>19.860</u>
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	<u>12%</u>	<u>7%</u>	<u>7%</u>	<u>7%</u>

Em 30 de setembro de 2018, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro de exploração foi de R\$ 38.827 (R\$ 54.684 em 30 de setembro de 2017).

17 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/09/2018		31/12/2017	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis (a)	94.828	59.811	90.644	63.071
Fiscais	-	105	-	-
Trabalhistas	25.723	32.116	25.992	31.572
Regulatórios	3.240	-	2.991	-
	<u>123.791</u>	<u>92.032</u>	<u>119.627</u>	<u>94.643</u>
Total				
Circulante	28.142	-	28.070	7.689
Não circulante	95.649	92.032	91.557	86.954

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 43.366 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

Movimentação dos processos no período

	31/12/2017		30/09/2018			
	Saldo Inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	90.644	16.573	(12.842)	(3.917)	4.370	94.828
Trabalhistas	25.992	1.500	(5.388)	(1.968)	5.587	25.723
Regulatórias	2.991	-	-	-	249	3.240
	<u>119.627</u>	<u>18.073</u>	<u>(18.230)</u>	<u>(5.885)</u>	<u>10.206</u>	<u>123.791</u>

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais.
- (2) Reversões realizadas no período.
- (3) Atualizações monetárias.

Cíveis

A Companhia figura como ré em 15.695 processos cíveis em 30 de setembro de 2018 (13.439 processos em 31 de dezembro de 2017), sendo que 12.363 tramitam em Juizados Especiais (10.596 processos em 31 de dezembro de 2017), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 30 de setembro de 2018 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 331.570 (R\$ 326.991 em 31 de dezembro de 2017) para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível na esfera cível são devoluções de valores pagos, questionamento sobre a cobrança de consumo não registrado, falha no fornecimento de energia elétrica, e quebra de contrato, que são demandas nas quais antigos fornecedores da Companhia alegam desequilíbrio contratual e pleiteiam ressarcimento de danos decorrentes da execução dos contratos.

Fiscais

A Companhia figura como ré em 90 processos fiscais em 30 de setembro de 2018 (89 processos em 31 de dezembro de 2017) os quais versam sobre repasse de PIS, COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

Existem processos fiscais cuja possibilidade de perda em 30 de setembro de 2018 avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 17.014 (R\$ 16.182 em 31 de dezembro de 2017) para os quais não foi constituída provisão. O assunto mais relevante é execução fiscal de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço que representa R\$ 16.164 do valor possível.

Trabalhistas

O passivo trabalhista em 30 de setembro de 2018 é composto por 1.332 reclamações ajuizadas (1.207 reclamações em 31 de dezembro de 2017) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dos processos trabalhistas existentes, constam atualmente 02 (duas) ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 23 (vinte e três) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados.

Além dos processos provisionados, existem outros processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda em 30 de setembro de 2018 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 51.059 (R\$ 56.547 em 31 de dezembro de 2017) para os quais não foi constituída provisão. As ações coletivas relevantes com diagnóstico possível e reclamações trabalhistas individuais requerendo o pagamento de verbas rescisórias, dentre outros envolvendo empresas terceirizadas prestadoras de serviços, respondendo a CELPA apenas subsidiariamente nesses pleitos.

Em decisão tomada no dia 4 de agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) mudou o entendimento e determinou que os créditos trabalhistas passem a ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) a qual foi confirmada em 05/12/2017 e não mais pela Taxa Referencial Diária (TRD). A decisão foi tomada com base no julgamento feito pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu como inconstitucional o uso da Taxa Referencial Diária (TRD), como índice de correção monetária, por não recompor integralmente o valor da moeda, não sendo apto então a repor o patrimônio lesado.

Regulatórias

O valor de R\$ 3.240 corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas contra a CELPA, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

A Companhia está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas informações trimestrais ou no resultado de suas operações.

18 Valores a pagar da recuperação judicial

18.1 Composição da dívida

	30/09/2018	31/12/2017
Circulante		
Credores operacionais (a)	18.437	18.354
Encargos setoriais	-	2.914
Credores financeiros (b)	16.639	1.150
(-) Ajuste a valor presente (c)	-	(13.874)
	<u>35.076</u>	<u>8.544</u>
Total circulante		
Não circulante		
Credores operacionais (a)	40.084	45.217
Intragrupos	81.300	77.875
Credores financeiros (b)	1.030.777	1.195.598
(-) Ajuste a valor presente (c)	(339.174)	(353.167)
	<u>812.987</u>	<u>965.523</u>
Total não circulante		
	<u>812.987</u>	<u>965.523</u>
Total	<u><u>848.063</u></u>	<u><u>974.067</u></u>

- (a) Valores devidos aos credores ligados à operação da Companhia, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da CELPA.

- (b) É o grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, Bonds e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis. Em 16 de fevereiro de 2018, houve a liquidação antecipada do contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no montante de R\$193.382 milhões; e
- (c) Em 30 de Setembro de 2018, o saldo é composto por: R\$ 301.099 de empréstimos e financiamentos, R\$ 13.875 de credores operacionais, R\$ 24.200 de intragrupos (Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do ajuste a valor presente totaliza R\$ 367.041, sendo R\$ 327.833 de empréstimos e financiamentos, R\$ 13.874 de credores operacionais e R\$ 25.334 de intragrupos).

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	30/09/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	35.076	4%	8.544	1%
2020	-	0%	107.255	11%
2021	81.039	10%	37.353	4%
Após 2021	1.071.122	126%	1.174.082	121%
Subtotal	1.152.161	136%	1.318.690	135%
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante)	(339.174)	(40%)	(353.167)	(36%)
Não circulante	812.987	96%	965.523	99%
Total geral	848.063	100%	974.067	100%

18.2 Movimentação dos valores a pagar de recuperação judicial

	Saldo em 31/12/2017	Reclassificação RJ	Juros e encargos	Varição monetária e cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 30/09/2018
Credores operacionais	49.697	82	-	-	(5.134)	-	44.645
Encargos setoriais	2.915	-	-	9	(2.924)	-	-
Intragrupo	52.540	-	3.426	-	-	1.134	57.100
Credores financeiros	868.915	-	39.811	13.549	(202.690)	26.733	746.318
Total	974.067	82	43.237	13.558	(210.748)	27.867	848.063

19 Outras contas a pagar

	30/09/2018	31/12/2017
Circulante		
Devolução a consumidores	26.782	28.103
ANEEL - autos de infração	3.010	3.010
Convênios de arrecadação	5.531	5.052
Encargos tarifários	11.953	10.096
Multas regulatórias	1.880	1.623
Cauções	10.913	8.255
Questionamentos tributários - CCC (a)	347.548	338.541
Outras contas a pagar	33.722	33.659
Total circulante	441.339	428.339
Não circulante		
ANEEL - autos de infração	25.719	26.619
Outras contas a pagar	8.654	9.147
Total não circulante	34.373	35.766
Total	475.712	464.105

- (a) Refere-se a questionamentos tributários a restituir ao Fundo CCC conforme Resolução Normativa nº 427/11. A variação ocorrida durante o período findo em 30 de setembro de 2018 deve-se, basicamente, à atualização IPCA e à inclusão dos novos valores de ICMS, PIS e COFINS. Existem valores a receber no qual seus recebimentos deverão ser finalizados após conclusão da fiscalização que está em curso.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social da Companhia subscrito em 30 de setembro de 2018 é de R\$ 1.521.740 (R\$ 1.521.740 em 31 de dezembro de 2017) sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Ações preferenciais nominativas Classe C	Total	%
Equatorial Energia	2.131.276.838	346.012	2	115.903	2.131.738.755	96,50%
Eletrobrás	20.664.721	121.339	1.074.634	-	21.860.694	0,99%
Outros (minoritários)	52.679.010	1.699.465	10.737	1.085.346	55.474.558	2,51%
Total	2.204.620.569	2.166.816	1.085.373	1.201.249	2.209.074.007	100,00%

Não houve mudanças na quantidade de ações no exercício corrente em relação ao exercício anterior. Não há ações mantidas pela Companhia em tesouraria.

De acordo com o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais), mediante a emissão de novas ações ordinárias, cuja a quantidade não é prevista em estatuto.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade no recebimento de dividendos. As ações preferenciais classe A terão direito a dividendo mínimo de 6% (seis por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações. As ações preferenciais classe B terão direito a dividendo mínimo de 10% (dez por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações. As ações preferenciais classe C terão direito a dividendo mínimo de 3% (três por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações.

20.2 Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação

	31/12/2017	Quota de reavaliação	Baixa	30/09/2018
Reserva de reavaliação	197.212	(20.602)	(489)	176.121
Encargo tributário	<u>(67.052)</u>	<u>-</u>	<u>7.188</u>	<u>(59.864)</u>
Total	<u>130.160</u>	<u>(20.602)</u>	<u>6.699</u>	<u>116.257</u>

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) pelo qual os bens componentes do ativo imobilizado podem ser avaliados a valores de mercado, desde que sejam obedecidos os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis são reconhecidas a crédito de uma conta específica do patrimônio líquido, denominada reserva de reavaliação.

21 Receita operacional

Em 30 de setembro de 2018 e 2017, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é demonstrada conforme a seguir:

	30/09/2018		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.682.959	2.097.621	2.106.665
Industrial	3.928	416.293	294.539
Comercial	175.734	1.131.772	956.291
Rural	169.861	204.655	119.220
Poder público	19.066	374.905	338.083
Iluminação pública	496	378.910	187.045
Serviço público	2.097	189.400	58.157
Consumo próprio	242	13.824	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	191	947.877	134.816
Suprimento CCEE	-	-	311.746
Baixa renda	571.671	635.801	136.168
Subvenção CDE - Outros	-	-	129.993
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(33.332)
Receita de construção	-	-	561.755
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	298.489
Atualização do ativo financeiro	-	-	49.800
Outras	-	-	58.152
	2.626.245	6.391.058	5.707.587
Total	2.626.245	6.391.058	5.707.587

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Informações trimestrais em
30 de setembro de 2018

30/09/2017

	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.602.156	2.145.061	2.007.917
Industrial	3.910	469.576	275.124
Comercial	179.940	1.196.019	945.124
Rural	159.727	193.842	105.168
Poder público	19.007	384.343	336.521
Iluminação pública	487	344.277	158.120
Serviço público	2.047	188.743	32.512
Consumo próprio	229	12.217	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede ¹	148	849.783	92.139
Suprimento CCEE	-	-	26.193
Baixa renda ¹	590.395	626.541	121.173
Subvenção CDE - Outros	-	-	130.067
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(27.861)
Receita de construção	-	-	601.478
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	348.350
Atualização do ativo financeiro	-	-	26.904
Outras	-	-	48.285
Total	2.558.046	6.410.402	5.227.214

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

¹ Para melhor forma de apresentação e comparação com o período atual, a Companhia reclassificou a quantidade do MWh da Receita pela disponibilidade - Uso da rede, antes apresentado nas classes Industrial, Comercial e Rural bem como realizou a abertura do nº de consumidores para a mesma rubrica não apresentado anteriormente em 2017. Adicionalmente, segregou os valores de Baixa Renda, antes apresentado na classe residencial.

22 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	30/09/2018	30/09/2017
Fornecimento de energia elétrica	4.591.318	4.432.215
Receita de distribuição	3.981.875	3.794.592
Remuneração financeira WACC	180.961	159.206
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	298.489	348.350
Subvenção CDE - Outros	129.993	130.067
Suprimento de energia elétrica (b)	311.746	26.193
Receita pela disponibilidade - uso da rede (c)	134.816	92.139
Receita de construção (d)	561.755	601.478
Atualização do ativo financeiro	49.800	26.904
Outras receitas	58.152	48.285
Receita operacional bruta	5.707.587	5.227.214
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(935.623)	(882.109)
PIS e COFINS	(421.320)	(388.565)
Encargos do consumidor	(36.390)	(33.049)
ISS	(722)	(604)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(286.389)	(252.866)
Penalidades DIF/FIC e outras	(18.284)	-
Deduções da receita operacional	(1.698.728)	(1.557.193)
Receita operacional líquida	4.008.859	3.670.021

- (a) Em relação aos montantes de ativos e passivos, no período findo de 30 de Setembro de 2018 tivemos uma redução se comparado ao mesmo período de 2017, devido aos seguintes fatores: i) Revisão Tarifária Extraordinária com redução tarifária, ii) a cobertura tarifária para pagamentos do ESS foi superior a cobertura atual de pagamento do referido encargo, aliado a esse fato, em 2018 ocorreu a despesa com Energia de reserva, no montante de R\$ 27.472, o que não aconteceu no mesmo período de 2017; iii). No período findo de 30 de setembro de 2018 com a cobertura de R\$ 190,51 e PLD médio R\$ 230,54, gerou uma Ativo Regulatório para compra de energia Leilão(CVA Energia) e um Passivo Regulatório Energia no mercado SPOT (Sobrecontratação) se comparado com o exercício findo de 31 de dezembro de 2017 que a cobertura tarifária era 173,52, e o PLD médio de R\$ 75,88. ; iv) Também contribui nessa redução, o reajuste tarifário de 2018 (que afeta o período em análise de 2017), ter recebido um montante dos componentes financeiros ativos superiores ao recebidos no reajuste de 2017.
- (b) A variação apresentada é em virtude das operações de venda de energia no mercado de curto prazo - MCP e do preço de liquidação das diferenças - PLD. No período findo em 30 de Setembro de 2018 o PLD atingiu o patamar de R\$ 473,58 (R\$ 521,83 em 30 de Setembro de 2017). Adicionalmente no ano de 2018 houve uma elevação da receita em virtude do efeito das recontabilizações do MCS D de energia nova.
- (c) A variação significativa está relacionada com a migração de 34 clientes do ambiente cativo para o livre totalizando 176 clientes livres em 30 de Setembro de 2018, equivalente a um crescimento do consumo de energia de 14,2% quando comparado com o mesmo período de 2017.
- (d) A variação do período é decorrente da queda no volume de investimentos da Companhia em comparação ao mesmo período do ano anterior.

23 Custos do serviço e despesas operacionais

30/09/2018				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	23.354	22.388	59.419	105.161
Material	11.468	1.427	(1.155)	11.740
Serviços de terceiros	84.134	107.474	62.457	254.065
Energia elétrica comprada para revenda	1.923.315	-	-	1.923.315
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	275.912	-	-	275.912
Custo de construção	561.755	-	-	561.755
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	129.893	-	129.893
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	16.222	16.222
Amortização	159.252	-	28.179	187.431
Arrendamento e aluguéis	5.101	1.971	2.936	10.008
Subvenção CCC	86.841	-	-	86.841
Outros	(124)	1.056	(3.490)	(2.558)
Total	3.131.008	264.209	164.568	3.559.785

30/09/2017				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	25.483	19.370	49.729	94.582
Material	5.769	1.300	(612)	6.457
Serviços de terceiros	80.220	107.988	88.270	276.478
Energia elétrica comprada para revenda	1.600.428	-	-	1.600.428
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	168.488	-	-	168.488
Custo de construção	601.478	-	-	601.478
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	177.593	-	177.593
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	14.747	14.747
Amortização	128.810	-	29.937	158.747
Arrendamento e aluguéis	6.093	1.960	2.901	10.954
Subvenção CCC	68.975	-	-	68.975
Outros	(1.631)	(6.640)	4.923	(3.348)
Total	2.684.113	301.571	189.895	3.175.579

24 Energia elétrica comprada para revenda

	GWh (*)		R\$	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Energia de leilão (a)	5.931	5.319	1.389.746	1.023.489
Contratos Eletronuclear	210	210	52.157	47.648
Contratos cotas de garantias	2.000	2.365	179.939	144.613
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	-	(1.032)	(21.241)
Energia de curto prazo - CCEE (b)	-	-	471.004	534.089
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	139	143	48.104	46.570
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (c)	-	-	275.912	168.488
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(216.603)	(174.740)
Total	8.280	8.037	2.199.227	1.768.916

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(a) Para o período findo em 30 de setembro de 2018 a variação se comparando ao mesmo período de 2017 refere-se ao custo com os contratos de energia, que tiveram um aumento de volume contratado de 3,02 % em relação a 2017, o preço médio pago em 2018 foi maior em 13,41% em relação a 2017. Portanto, os contratos novos que iniciaram o suprimento em 2018, assim como a atualização das tarifas pelo IPCA dos contratos vigentes, resultaram nesse aumento do custo com a Compra de Energia dos leilões.

- (b) No período findo em 30 de Setembro de 2018 as receitas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) PLD utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este período ficou em R\$ 230,54 por MWh (R\$ 206,24 em 30 de Setembro de 2017); e ii) Contratos de energia de 2018 negociados no mercado de curto prazo.
- (c) O saldo sofreu acréscimo no período atual em virtude da inclusão de uma parcela referente a indenizações devidas as empresas de transmissão de energia. Estas indenizações referem-se a investimentos antigos, realizados antes do ano 2000, mas que ainda não haviam sido completamente amortizados. Ao aceitarem a renovação antecipada das concessões, por meio da Medida Provisória (MP) nº 579/2012, as transmissoras garantiram direito à indenização, gerando aumento médio das tarifas de transmissão em 74,74%, conforme valores considerados na Receita Anual Permitida (RAP) da Resolução Homologatória nº 2258/2017, publicada em 30/06/2017.

25 Resultado financeiro líquido

	30/09/2018	30/09/2017
Receitas financeiras		
Rendas financeiras (a)	51.963	74.461
Valores a receber/devolver parcela A	31.497	18.658
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	406.832	-
Acréscimo moratório de energia vendida	90.828	87.417
Variação monetária e cambial da dívida (c)	-	11.055
Variação monetária e cambial da caução STN ²	16.799	4.992
PIS/COFINS sobre receita financeira	(7.299)	(7.768)
Atualização sub-rogação CCC	1.038	-
Descontos obtidos	2	48
Outras receitas financeiras	2.995	4.115
	<hr/>	<hr/>
Total de receitas financeiras	594.655	192.978
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	(28.152)	(14.482)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(293.184)	(54.719)
Variação monetária e cambial da dívida (c)	(231.419)	(29.169)
Variação monetária e cambial da caução STN ³	(6.477)	(5.202)
Encargos da dívida	(155.173)	(157.037)
Atualização de eficiência e contingências	(10.643)	(23.025)
Multas regulatórias	(258)	(3.947)
Despesa financeira de AVP	(28.245)	(31.753)
Encargos com partes relacionadas	(412)	(2.265)
Juros passivos	(22.058)	(20.537)
Descontos concedidos	(4.880)	(2.915)
Outras despesas financeiras	(8.227)	(2.821)
	<hr/>	<hr/>
Total de despesas financeiras	(789.128)	(347.872)
	<hr/>	<hr/>
Resultado financeiro líquido	(194.473)	(154.894)

- (a) No período findo de 30 de setembro de 2018 houve uma redução da taxa CDI em 3,17% no período, passando de uma rentabilidade de 7,98 % no período findo de 30 de setembro de 2017 para 4,81% no período findo de 30 de setembro de 2018;
- (b) Refere-se principalmente à contratação de operações de *Swap*, que trocam Dólar+spread por CDI+spread, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No período findo de 30 de setembro de 2018 o principal efeito refere-se à variação cambial, gerando receita em 2018 com o aumento do dólar em 21,04%, saindo de R\$3,31 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4,00 em 30 de setembro de 2018; e

² Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o período atual, a Companhia reclassificou valores de “variação monetária e cambial da caução STN” que estavam na rubrica “variação monetária e cambial da dívida”.

- (c) Efeito gerado pelo crescimento da dívida bruta em moeda estrangeira de R\$ 390.000 e em moeda nacional de R\$ 1.000.000, crescimento da inflação (IPCA e IGP-M) e avanço do dólar de 21,04% em 2018, ante a uma retração de 2,80% no mesmo período de 2017.

26 Instrumentos financeiros

26.1 Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustado³ (DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

26.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo.

26.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

³ O LAJIDA Ajustado é calculado por meio do LAJIDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direito.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2018		31/12/2017	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	127.959	127.959	108.216	108.216
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	Valor justo por meio do resultado	714.086	714.086	967.186 ⁴	967.186
Investimentos de curto prazo	Valor justo por meio do resultado	-	-	525	525
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2.062.099	2.062.099	2.018.184	2.018.184
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	180.355	180.355	48.720	48.720
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	Valor justo por meio do resultado	27.720	27.720	8.466	8.466
Ativo financeiro de concessão	Valor justo por meio do resultado	1.981.491	1.981.491	1.776.977	1.776.977
Total do ativo		5.093.710	5.093.710	4.928.274	4.928.274

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2018		31/12/2017	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Custo amortizado	674.086	674.086	697.858	697.858
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.473.800	1.449.617	1.871.755	1.883.539
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	21.516	21.516	19.946	19.946
Valores a pagar da recuperação judicial	Custo amortizado	848.063	848.063	974.067	986.203
Debêntures	Custo amortizado	1.606.866	1.655.157	994.808	1.034.930
Total do passivo		4.624.331	4.648.439	4.558.434	4.622.476

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado. O saldo de caixa e bancos tem nível 1 na hierarquia de valor justo, enquanto o saldo de aplicação financeira, considerado com caixa e equivalente de caixa, tem nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Investimentos de curto prazo e Fundo de investimento** - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2.
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

⁴ Para o período findo em 30 de setembro de 2018 a companhia adequou o saldo apresentado anteriormente no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Valores a pagar da recuperação judicial** - decorrente do plano de recuperação judicial da CELPA que são classificados como passivo ao custo amortizado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e tem como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

26.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui *swap* com o banco Citibank referente às operações em moeda estrangeira, com seu vencimento em 19 de abril de 2021. Em 30 de setembro de 2018, os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira do banco Citibank é R\$ 1.120.984 (em 31 de dezembro de 2017, os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira do banco Citibank é R\$ 582.701).

De acordo com o CPC 40(R1), apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, que podem ser assim resumidos:

		Valor justo	
		30/09/2018	31/12/2017
Operações passivas			
Objetivo de hedge de risco de mercado	Indexadores		
Citibank-542 MM			
Ponta ativa	US\$ + libor + 1,39% a.a.	724.902	599.963
Ponta passiva	117,25% do CDI	(566.235)	(571.189)
		158.667	28.774
Total			
Citibank - 390 MM			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 0,84% a.a.	407.988	-
Ponta passiva	111,8% do CDI	(407.816)	-
		172	-
Total			
		180.355	48.720
Líquido Não circulante		(21.516)	(19.946)
Líquido Circulante		158.839	28.774
Total			
		158.839	28.774

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

26.5 Gerenciamento dos riscos financeiros - Instrução CVM nº 475

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da CELPA define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Os procedimentos de gerenciamento de risco do Grupo a que pertence são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco das Companhias do Grupo, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A.

Para o período de 30 de setembro de 2018 não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2017.

(i) **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência, é realizado anualmente *workshop* de cobrança para identificação dos principais grupos de inadimplentes e tomadas de decisões estratégicas para combatê-los. Periodicamente o comitê de cobrança acompanha a execução e eficiência de todas as decisões tomadas no *workshop*. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A Companhia possui bens ou outros ativos dados em garantia de suas operações para a obtenção de crédito, dentre os quais alienação fiduciária e percentual de recebíveis sobre a receita operacional líquida.

Contas a receber

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento do mercado e do Estado no qual os clientes estão localizados. Tendo em vista a atividade da Companhia, não há uma concentração relevante da receita em um grupo específico da carteira de clientes.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de acordo com a classe consumidora, e após transcorrido esse prazo, o fornecimento de energia fica sujeito a corte, e o seu restabelecimento somente ocorre após regularização do débito.

A carteira de clientes da Companhia está representada da seguinte forma:

Classe consumidora	%	
	30/09/2018	31/12/2017
Residencial	60,9%	50,0%
Industrial	7,0%	10,5%
Comercial	15,0%	20,2%
Rural	4,1%	4,6%
Poder público	7,7%	9,9%
Iluminação pública	2,0%	2,4%
Serviço público	3,3%	2,4%
Total	100%	100%

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota 6.2, incluindo o movimento na provisão para perdas por redução ao valor recuperável durante o período.

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

30/09/2018					
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Baixa renda e viva luz	Total
Residencial	436.624	105.600	864.740	30.738	1.437.702
Industrial	110.577	7.721	47.082	-	165.380
Comercial	190.447	40.755	122.946	-	354.148
Rural	49.281	5.130	42.922	-	97.333
Poder público	87.449	24.962	70.239	-	182.650
Iluminação pública	28.898	169	17.006	-	46.073
Serviço público	42.365	10.000	24.819	-	77.184
Total	945.641	194.337	1.189.754	30.738	2.360.470
31/12/2017					
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Baixa renda e viva luz	Total
Residencial	513.993	87.343	722.711	39.092	1.363.139
Industrial	118.065	8.495	46.401	-	172.961
Comercial	205.439	36.922	113.463	-	355.824
Rural	51.041	4.250	33.388	-	88.679
Poder público	98.512	20.736	68.542	-	187.790
Iluminação pública	28.987	173	18.782	-	47.942
Serviço público	20.374	8.103	17.316	-	45.793
Total	1.036.411	166.022	1.020.603	39.092	2.262.128

Caixa e equivalente de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa de R\$ 842.045 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 1.075.402 em 31 de dezembro de 2017). O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating*.

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating*.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas 14 (Empréstimos e financiamentos) e 15 (Debêntures).

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo era de 6,1 em 30 de setembro de 2018 (5,3 em 31 de dezembro de 2017).

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	30/09/2018					
	Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários com garantia	1.473.800	11.881	15.688	375.025	982.878	88.328
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	1.473.800	11.881	15.688	375.025	982.878	88.328
Títulos de dívida emitidos sem garantia (Debêntures)	1.606.866	31.043	70.936	106.361	1.263.195	135.331
Subtotal - Debêntures	1.606.866	31.043	70.936	106.361	1.263.195	135.331
Empréstimos bancários sem garantia	848.063	1.131	33.946	(43.779)	31.934	824.831
Subtotal - Demais passivos financeiros não derivativos	848.063	1.131	33.946	(43.779)	31.934	824.831
Fornecedores	674.086	651.306	22.780	-	-	-
Total	<u>4.602.815</u>	<u>695.361</u>	<u>143.350</u>	<u>437.607</u>	<u>2.278.007</u>	<u>1.048.490</u>
Passivos financeiros derivativos						
Swaps de taxas de juros utilizados para hedging	98.334	(2.364)	(24.513)	(10.164)	135.376	-
Total	<u>98.334</u>	<u>(2.364)</u>	<u>(24.513)</u>	<u>(10.164)</u>	<u>135.376</u>	<u>-</u>

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas 14 e 15, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

(iii) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de *Swap* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(iv) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição ao câmbio é de 24,7% (22,21 % em 2017), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira) conforme demonstrado a seguir:

Indexador	R\$ MM	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)
Libor semestral	31	3,6%	abr/24	5,6	0,8%
Libor trimestral	1.121	2,8%	jan/22	1,3	29,3%
Pré-fixado	45	6,2%	abr/24	5,5	1,2%
Moeda estrangeira	1.197	2,9%	mar/22	4,8	31,3%
CDI	1.291	3,9%	dez/22	4,2	33,7%
Pré-fixado	503	10,3%	ago/32	12,0	13,2%
RGR	4	6,0%	abr/22	1,8	0,1%
IGP-M	260	11,1%	set/34	15,3	6,8%
FINISA	34	6,0%	jun/27	4,5	0,9%
IPCA	538	12,3%	mai/22	3,3	14,1%
Moeda nacional	2.630	7,6%	nov/25	6,2	68,8%
Total	3.827	6,1%	out/24	5,8	100%

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui duas dívidas em moeda estrangeira, sendo que uma delas, que representa 93,7% da exposição cambial, possui *SWAP* para proteção contra as oscilações de câmbio. E a outra que possui uma Caução para proteção contra as oscilações de câmbio, tem baixa representatividade no endividamento global da Companhia e é derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2017 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa associado à variação cambial				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos	USD	1.196.188	(944.784)	(1.243.831)	(1.542.878)	(645.737)	(346.691)
Impacto no resultado			(83.733)	215.314	517.351	(382.780)	(681.827)
Referência para passivos financeiros							
			Taxa em 30/09/2018	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$ (12 meses)			4,00	5,00	6,00	3,00	2,00

Fonte: Santander

(v) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas 14 (Empréstimos e financiamentos) e 15 (Debêntures).

Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

(vi) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de setembro de 2018 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)					
		Impacto no resultado					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	794.570	853.924	867.750	881.502	840.099	826.273
Impacto no resultado			59.354	73.180	86.932	45.529	31.703
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.291.496)	(78.198)	(100.638)	(123.078)	(55.758)	(33.318)
	IGP-M	(260.250)	(11.981)	(15.510)	(19.038)	(8.453)	(4.924)
	IPCA	(538.323)	(22.262)	(28.122)	(33.982)	(16.402)	(10.542)
Total de passivos financeiros		(2.090.069)	(112.441)	(144.270)	(176.098)	(80.613)	(48.784)
Impacto no resultado			(135.881)	(167.767)	(199.509)	(104.019)	(72.208)
Efeito líquido no resultado			(76.526)	(94.587)	(112.577)	(58.490)	(40.505)
Referência para ativos e passivos financeiros							
		Taxa em 30/09/2018	+25%	+50%	-25%	-50%	
CDI (% 12 meses)		6,65	9,34	11,20	5,60	3,73	
SELIC (% 12 meses)		6,66	9,58	11,50	5,75	3,83	
TJLP (% 12 meses)		6,73	8,25	9,90	4,95	3,30	
IGP-M (% 12 meses)		10,04	7,17	8,60	4,30	2,87	
IPCA (%12 meses)		3,34	5,69	6,83	3,41	2,28	

Fonte: Santander

(vii) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (conta bandeiras) no sentido de sinalizar a situação hidrológica do país, contendo assim o consumo de energia de forma não racional.

(viii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da

concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

26.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida líquida / EBITDA
- Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)
- Dívida de curto prazo / dívida total
- No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

27 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

	Vigência	2018	2019	2020	Após 2020 *
Energia contratada (R\$)	2018 a 2032	582.197	2.518.243	2.709.447	55.746.767
Energia contratada (MhW)	2018 a 2032	2.993.503	11.531.898	12.030.913	183.794.516

(*) estimado 12 anos após 2020.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

28 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2018	327.359
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2018	7.000
Seguro garantia judicial	(a)	211.902
Seguro garantia leilão de energia	(b)	143
Automóvel	31/12/2018	(c)

- (a) Apólices vigentes até 2023.
- (b) Apólices vigentes até 2019.
- (c) 60 veículos próprios segurados.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame de informações trimestrais e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

29 Eventos subsequentes

Em 07 de novembro de 2018, a Companhia em sua assembleia geral extraordinária, elegeu como presidente o Marcos Antônio Souza de Almeida.

Conselho de Administração

Armando de Souza Nascimento

Augusto Miranda da Paz Júnior

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

José Jorge de Vasconcelos Lima

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi

Saulo Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Rogério Cesar Neves Aranha

Diretoria Executiva

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor Presidente

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor de Relações com Investidores

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Chrysthyan Gonçalves de Almeida
Diretor

Humberto Soares Filho
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-PA